

**ATA DA 33ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS E 16ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO,
REALIZADAS, EM CONJUNTO, EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 19/09/2002

Início: 9:35 hs

Término: 17:20 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência justificada)
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: (ausência justificada)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência justificada)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência justificada)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira Passos (lppassos@algar.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)
Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Carlos Borges – ANEEL (borges@aneel.gov.br)
Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Danielle Mancin – MIN (danielle.mancin@integracao.gov.br)
Guilherme de Lima Paes – Min. Transportes
Gustavo Henrique de Araújo Eccard – SEMARH/DF (gustavoeccard@ig.com.br)
Joaquim Gondim – ANA (Joaquim@ana.gov.br)
Luiz Rancan (lrancan@ig.com.br)
Milene Conde Manes (mileneconde@bol.com.br)
Mônica Tavares Rocha – SRH/MMA (monica.tavares@cnrh-srh.gov.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)
Rebeca de Magalhães Mello – CNA (rebecabrasil@zipmail.com.br)
Regina Greco – CBH Pará (regreco@uol.com.br)
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br)
Rodopiano M. Evangelista (rodopiano@pocos.net.com.br)
Ronaldo Jorge da Silva Lima – SECTAM/PA (ronaldo@sectam.pa.gov.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de setembro de 2002, o Dr. Júlio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL e da Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP, iniciou a reunião conjunta das referidas Câmaras, respectivamente, 33ª e 16ª (**Anexo I – Pauta**). Deu boas vindas a todos e salientou o objetivo da realização desta reunião qual seja, a rediscussão da proposta de Resolução que estabelece critérios gerais para a análise de projetos cujas repercussões extrapolam o âmbito dos estados (**Anexo II**). Lembrou que a proposta de Resolução foi elaborada no âmbito da CTAP, encaminhada à Plenária do CNRH em sua 8ª Reunião Extraordinária, quando foi objeto de pedidos de vistas (**Anexo III**) e recomendação de uma nova discussão da mesma, com a participação da CTIL. Disse que a proposta de Resolução foi exaustivamente discutida na CTAP e que, de acordo com o inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997, todos os projetos de aproveitamento de recursos hídricos devem ser encaminhados ao CNRH; face à inviabilidade de que isto ocorra, a CTAP procurou estabelecer

filtros, assunto do art. 2º da proposta de Resolução, para selecionar os projetos que deverão ser encaminhados ao CNRH. Sugeriu então que o processo de discussão fosse precedido por uma explanação do Dr. Joaquim Gondim, representante da ANA na CTAP, sobre os trabalhos ocorridos. O Dr. Joaquim fez apresentação esclarecendo os aspectos técnicos e conceituais abordados quando da elaboração da proposta de resolução. Finalizou propondo que as discussões abordassem primeiramente os propósitos pretendidos para, então, partir-se para a redação dos artigos. Em seguida, foram levantadas questões ao Dr. Joaquim, relacionadas principalmente: aos filtros estabelecidos, com destaque para o atendimento às condições mínimas de exutório; à compatibilidade com o estabelecido pela Resolução nº 17, do CNRH; e, à abrangência legal da Resolução em questão. Dando prosseguimento, o Dr. Júlio Thadeu pediu à Dra. Cristina Yuan que discorresse sobre o parecer encaminhado pelo setor usuário da indústria, por ela representado, relativo ao pedido de vistas solicitado. A Dra. Cristina Yuan falou inicialmente da necessidade da definição de projetos que extrapolam o âmbito dos estados. O Dr. Cabral salientou que, após definidos os projetos que deverão ser encaminhados ao CNRH, também deverão ser definidas a forma deste encaminhamento, e sua apresentação, assim como o que será motivo da análise do Conselho. O Dr. Júlio Thadeu reforçou que todo e qualquer projeto de aproveitamento de recursos hídricos, dependendo do ponto de vista adotado, extrapola o âmbito de um Estado, e a Resolução se propõe a estabelecer filtros para que nem todos cheguem ao Conselho, já que a situação seria inviável. A Dra. Patrícia argumentou que, para o caso de conflitos, as instâncias recursivas já são estabelecidas pelo sistema de gerenciamento de recursos hídricos e, desta forma, a Resolução deveria se preocupar em estabelecer quais os projetos que deveriam ser encaminhados diretamente ao CNRH. A Dra. Sonáli opinou que o inciso IV, art. 2º, da proposta de resolução, que atribui ao CNRH a deliberação sobre planos e programas governamentais de desenvolvimento com impacto nos recursos hídricos, é indevido, uma vez que a Lei nº 9.433, de 1997, em seu art. 35, inciso III, estabelece que o CNRH deverá deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos e não sobre planos e programas. O Dr. Carlos Borges esclareceu que o referido inciso foi o maior motivador do pedido de vistas por parte do Conselheiro representante da ANEEL. A Dra. Regina falou que precisam ser explicitadas as competências e atribuições dos Comitês de sub-bacias ao dirimir conflitos. Em seguida, as discussões ficaram centradas na definição de projetos que extrapolam o âmbito dos estados. A Dra. Dalvacir reforçou que o propósito da proposta de resolução é de regulamentar o inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997 e, com isso, não deveria abranger as instâncias recursais de conflitos estabelecidos, mas sim, determinar os projetos que deverão ser trazidos para deliberação do CNRH. Foi proposto, e aceito por todos, que as discussões do período da tarde fossem iniciadas pelo artigo 2º da proposta de resolução. Nesse momento, às 12:30 horas, foi estabelecida pausa para almoço. O retorno aos trabalhos ocorreu às 14:35 horas, e os principais assuntos discutidos foram: a forma de deliberação do CNRH no caso dos projetos encaminhados; dificuldades para a definição do momento adequado para o encaminhamento de projetos; e, o atendimento às condições mínimas de exutório como parâmetro para a definição dos projetos a serem encaminhados ao CNRH. Foi também questionada a necessidade de elaboração de uma resolução do CNRH para tratar do assunto em questão. O Dr. Jair opinou que o arbítrio do CNRH deveria ser solicitado para projetos de interesse e/ou impacto regional ou nacional; questionou como deveria ser a forma de deliberação do CNRH e concluiu reforçando que a idéia é regulamentar o citado inciso III. O Dr. Júlio Thadeu reforçou a necessidade de regulamentação do inciso III e, portanto, de uma resolução para este fim. O Dr. Wilson advertiu sobre a característica política do inciso III e a pretensão de resolvê-lo com argumentações de cunho técnico. O Dr. Cabral lembrou que o inciso III não é auto-explicativo, diferentemente dos demais incisos do artigo 2º. A Dra. Aparecida salientou que ao se definir dominialidade se define subordinação, mas que, no caso da proposta de resolução, está sendo definida a não subordinação nos casos de diferentes domínios. A Dra. Sonáli argumentou que os projetos que deveriam ser *a priori* encaminhados ao CNRH para deliberação a respeito seriam aqueles de interesse nacional, cujas repercussões (ações e influências resultantes de sua implantação) além de extrapolar as fronteiras dos estados, extrapolem também as fronteiras da totalidade da bacia hidrográfica onde serão implantados, uma vez que neste caso, as citadas repercussões estariam além da área de atuação de Comitês de bacia e Conselhos Estaduais e, como tal, seriam obrigatoriamente objeto de avaliação do CNRH, cuja visão deve abranger o país como um todo. O Dr. Jair argumentou que as questões tendem a se tornar grandes demais para o CNRH, apesar de seu papel de órgão máximo do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

disse entender que o CNRH não deveria deliberar sobre a execução ou não de projetos de grande vulto, cuja decisão deve caber em alguns casos ao Congresso Nacional, mas emitir sua opinião; salientou que o apoio muitas vezes tem um peso maior do que propriamente a decisão em si. O Dr. Julio Thadeu ponderou que o CNRH tem autonomia para deliberar, conforme estabelecido na Lei nº 9.433, de 1997, incluídas aí as deliberações sobre projetos. Entretanto, complementou, se o Congresso Nacional decidir deliberar sobre um determinado projeto, é evidente que o CNRH seguirá o determinado; opinou ainda que a Resolução em questão deveria existir nem que fosse para determinar que projetos não deveriam ser considerados pertinentes. O Dr. Rodopiano sugeriu que fosse solicitado um novo encaminhamento de sugestões à proposta de resolução, com definição de prazo para retorno. A Dra. Cristina Yuan ressaltou que não há uma crítica destrutiva em relação à proposta de resolução; disse ainda não considerar que projetos não tenham que vir ao Conselho; finalizou sugerindo a criação de um Grupo de Trabalho - GT para tratar do assunto, formado por membros das duas CTs. O Dr. Júlio Thadeu disse ser oportuna a criação de um GT e, como a proposta foi aprovada por todos, sugeriu que a Dra. Cristina Yuan coordene o GT, com o apoio do Dr. Wilson, por parte da Secretaria Executiva. O Dr. Joaquim falou que a atividade de emitir parecer sobre um projeto é muito complexa e que, por isso, deveria ser considerado, na elaboração da proposta de resolução, também o aspecto operacional; complementou dizendo que não deveria ser atribuição do CNRH elaborar parecer sobre projetos encaminhados, mas sim emitir sua opinião baseada num parecer. Foi solicitado que sugestões à proposta de Resolução fossem enviadas à Dra. Cristina Yuan, pelo e-mail da Secretaria Executiva, na forma de emendas com as respectivas justificativas. Ficou acertado o seguinte: as contribuições à proposta de resolução deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva, na forma de emendas aditivas, supressivas e substitutivas, com justificativas, até a data de 4 de outubro próximo; a próxima reunião conjunta das duas CTs será realizada no dia 15 de outubro deste ano; e, neste íterim, o GT deverá se reunir em dia a ser agendado pela Dra. Cristina Yuan. A proposta de resolução sofreu modificações e a versão atual encontra-se em anexo (**Anexo IV**). Nesse momento, às 17:20 horas, o Dr. Júlio Thadeu agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos.

Ata aprovada na 36ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2002.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
Relator